

---

*Director*

Luís Valença Pinto

---

*Editora Executiva*

Isabel Ferreira Nunes

---

*Conselho Editorial*

Helena Carreiras, Isabel Nunes, João Gomes Cravinho, José Luís Pinto Ramalho, José Manuel Pureza, Luís Medeiros Ferreira, Luís Valença Pinto, Manuel Ennes Ferreira, Nuno Brito, Nuno Mira Vaz, Nuno Severiano Teixeira, Paulo Jorge Canelas de Castro, Rui Mora de Oliveira, Teresa de Sousa, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos.

---

*Conselho Consultivo*

Abel Cabral Couto, Adriano Moreira, António Emílio Sachetti, António Martins da Cruz, António Vitorino, Armando Marques Guedes, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Ernâni Lopes, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, Guilherme Belchior Vieira, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, José Medeiros Ferreira, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Mário Lemos Pires, Pelágio Castelo Branco.

---

*Assistentes de Edição*

Cristina Cardoso, Helena Silva Pereira, Nuno Sampaio

---

*Colaboração*

Ver normas na contra capa

---

*Assinaturas e preços avulso*

Ver última página

---

*Propriedade e Edição*

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [idn@mail.idn.pt](mailto:idn@mail.idn.pt)

<http://www.idn.pt>

---

*Design e Assessoria Técnica*

Rasgo, Publicidade, Lda.

Av das Descobertas, 17, 1400-091 Lisboa

Tel.: 21 302 07 73

Fax: 21 302 10 22

---

*Composição, Impressão e Distribuição*

EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República, loja A, Póvoa de Sto. Adrião, 2675-183 Odivelas

Tel.: 21 938 14 50

Fax: 21 938 14 52

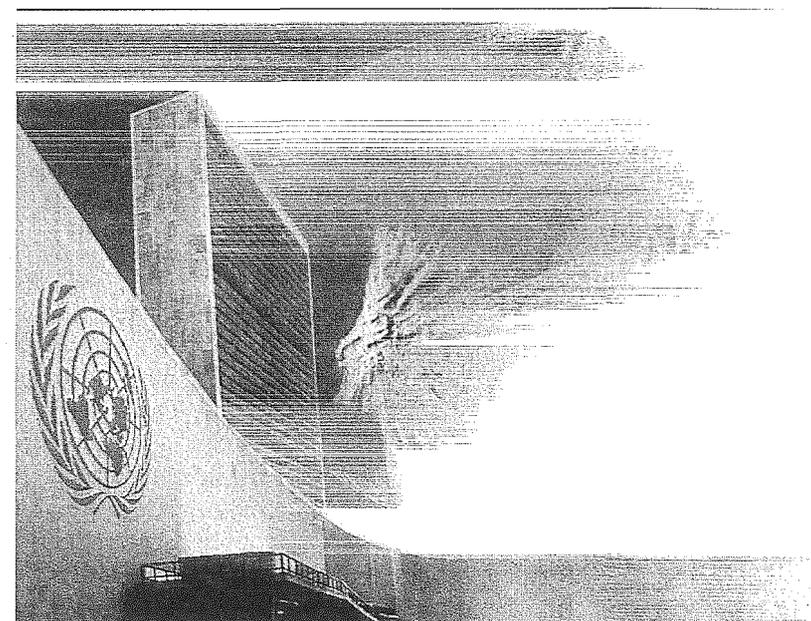
---

ISSN 0870-757X

Depósito Legal 54 801/92

Tiragem 2 000 exemplares

# NAÇÃO e DEFESA



Prevenção de Conflitos  
e  
Cultura da Paz

# Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz\*

*José Manuel Pureza*

*Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*

---

\* Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Julho 2000.

## INTRODUÇÃO

Vivemos num tempo de incerteza. Não a incerteza das ansiedades milenaristas que antecipam incontáveis tragédias, mas sim a incerteza que advém de uma complexidade crescente do ambiente que nos envolve e que tornou obsoletos todos os quadros intelectuais que se arrogavam certezas inabaláveis sobre os caminhos da História. Incerteza significa, portanto, abertura e não fechamento. Na verdade, como sublinhou Richard Falk, “a actual noção de que a realização de objectivos e valores conducentes a uma governação humana está bloqueada por forças políticas e ideológicas extremamente poderosas, não deve ser convertida em resignação ou cinismo. O futuro permanece aberto a um amplo espectro de possibilidades (1999: 183).

Nesta experimentação da incerteza, estamos todos convocados a reinventar a política não mais como a arte do possível mas sim como a arte do impossível. Muitos dos acontecimentos cruciais das últimas décadas – da descolonização à solução pacífica de inúmeros conflitos, passando pelo fim da guerra fria – constituem provas irrefutáveis de que resultados desejados podem ocorrer mesmo quando todos os discursos científicos e todas as formas dominantes de nacionalidade estabelecem que jamais será assim. O impossível pode acontecer. Não por passividade expectante, mas como resultado de compromissos e lutas sérios e continuados.

Ao proclamar o ano 2000 como Ano Internacional da Cultura da Paz, pela sua Resolução 52/15, de 15 de Janeiro de 1998, e tendo então adoptado uma Declaração e um Programa de Acção sobre a Cultura da Paz, a Assembleia Geral das Nações Unidas associou-se a esta recusa de um olhar fatalista sobre o futuro. Ao declarar que a paz é sempre possível e que a violência é evitável, as Nações Unidas colocaram-se em oposição à inevitabilidade da força e da política de poder como vias únicas. E, mais ainda, sublinharam a necessidade de superar uma visão tecnocrática do desenvolvimento sustentável. Porque a sustentabilidade não se traduz na conservação do desenvolvimento nos seus fundamentos tradicionais adicionando-lhe um ligeiro tempero ambiental; a sustentabilidade envolve exigências de profundas transformações nos domínios social, económico e político que dotem os indivíduos e os grupos de uma base de confiança e optimismo para olharem o futuro.

A centralidade da cultura da paz na ordem internacional não é uma criação recente. Como lembra o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi

Annan, na sua mensagem por ocasião do lançamento do Ano Internacional da Cultura da Paz, “o principal mandato das Nações Unidas – preservar as gerações futuras do flagelo da guerra – mantém tanta validade hoje quanto no tempo em que essas palavras foram escritas, há mais de meio século”. Mas, prossegue Kofi Annan, “a verdadeira paz é muito mais do que a ausência de guerra. É um fenómeno que envolve desenvolvimento económico e justiça social. Supõe a salvaguarda do ambiente global e o decréscimo da corrida aos armamentos. Significa democracia, diversidade e dignidade; respeito pelos direitos humanos e pelo estado de direito; e mais, muito mais”. A UNESCO também herdou este entendimento da paz como processo social e pessoal, ao estabelecer na sua carta constitutiva que “dado que a guerra começa na mente dos homens, é na mente dos homens que se devem construir as defesas da paz”.

Sobre que é que assenta esta compreensão alicerçada da paz? Em meu entender, a cultura da paz supõe, mais que tudo, uma dinâmica de transformação e de conversão. O que significa que a cultura da paz comporta não apenas uma mudança no modo como a chamada “alta cultura” lida com a realidade mas, mais que isso, uma mudança na maneira como o senso comum aborda as relações sociais. É, pois, um novo senso comum (Sousa Santos, 2000) que a cultura da paz procura. Sugiro que essa mudança intelectual é a que nos conduz da repetição positivista à ruptura normativa. Analisarei muito brevemente esta dinâmica e indicarei depois alguns tópicos materiais a que se amarra, em meu entender, o novo senso comum alimentado pela cultura da paz.

## O SENSO COMUM REALISTA

O velho senso comum realista foi segregado no processo de afirmação e consolidação do sistema interestatal como forma política do sistema mundial moderno. O realismo é uma expressão específica do clima cultural do positivismo científico, que bebe nele a radical contraposição entre factos e valores e atribui absoluta prioridade epistemológica aos primeiros sobre os segundos. Imperativo é, por isso, para o senso comum realista, captar as regularidades ou leis subjacentes aos factos e adoptá-las como leis segundo as quais o sistema internacional deve funcionar. A constância empírica adquire assim estatuto de verdade científica e de

dever ser (Cox, 1981; Devetak, 1995; Pureza, 1999). Foram fundamentalmente três, as representações do mundo que este senso comum empiricista sacralizou como padrões de normalidade.

A primeira é a do individualismo estatal. O senso comum realista reduz a paisagem mundial a uma vasta planície caoticamente povoada de Estados (e apenas de Estados). E a leitura que o senso comum realista faz dessa planície é fundada num contraste entre o que está dentro e o que está no exterior dos Estados. No sistema interestatal vigora o estado de natureza eterno, sem instâncias de monopolização da violência legítima (“*ni législateur, ni juge, ni gendarme*”), pelo que cada Estado zela acima de tudo pela sua segurança e sobrevivência recorrendo a todos os meios incluindo a força, desafiado que está pelo dilema de segurança em que vive a olhar suspeitosamente para os demais, como inimigos potenciais e não como parceiros possíveis.

A segunda representação do mundo entronizada pelo senso comum realista é a de que o sistema interestatal é um campo de luta pelo poder. Toda a política é *powerpolitics* e a política internacional é-o obviamente por excelência, assumindo o “interesse nacional definido em termos de poder” como referência primordial. Na síntese de René-Jean Dupuy, esta representação do campo de poder mundial assenta em três pilares essenciais: dispersão do poder, incondicionalidade do poder e violência do poder (Dupuy, 1986: 43).

Finalmente, a terceira componente do senso comum realista é a apologia do eterno presente. Na sua busca de regularidades que permitam uma interpretação da realidade internacional, o realismo olha obsessivamente para o passado, na tentativa de “aprender com a História”, demitindo-se, portanto, de pensar a transformação dessa realidade.

Este senso comum tem sido objecto de acesas críticas. Delas destacarei apenas as de carácter metodológico. A distinção entre observação objectiva e discurso normativo sobre a realidade, que preside a todo o discurso positivista, é uma construção artificial. Ora, a epistemologia das ciências sociais ensina-nos que não há factos sociais que se apresentem independentes e superiores a um desarmado e asséptico observador. Todo o trabalho de investigação em ciências sociais é trabalho de interpretação. Por isso, a escolha entre uma metodologia normativa ou uma metodologia empiricista é efectivamente uma escolha livre e conduzida por critérios não factuais, ou seja, normativos. A aversão do senso comum realista aos discursos normativos sobre a realidade é, pois, fruto muito menos de uma

imposição de salvaguarda da autonomia dessa realidade do que da vontade implícita de a manter como estrutura do sistema internacional. Nesse sentido, o senso comum realista deve ser efectivamente assumido como uma ideologia – uma ideologia conservadora, que legitima e perpetua uma determinada configuração do sistema internacional e a sua hierarquia (Pureza, 1998).

### DA ETERNA REPETIÇÃO À RUPTURA NORMATIVA

As mais importantes propostas de ruptura paradigmática com este velho senso comum filiam-se na contra-cultura política que a hegemonia adquirida pelo estatocentrismo no sistema mundial moderno abafou. Uma contracultura que cultiva a tese de uma sociedade global de pessoas, para lá das fronteiras políticas dos Estados. Em Kant, o travejamento desta linha de pensamento expressa-se na convicção de que a consciencialização dos horrores da guerra fará emergir progressivamente os verdadeiros interesses da humanidade e rejeitar o sistema de divisão em Estados em que radica a origem da conflitualidade crescente. A solução do magno problema da guerra e da paz reside, pois, na superação da cultura política fragmentária por uma cultura de solidariedade humana transnacional. Correntes como a dos *estudos sobre a paz*, que tem em Johan Galtung o seu vulto de proa, vieram recuperar esta fundamentação e transformá-la em projecto de acção.

#### *Um conceito amplo de paz*

Nesse sentido, a *peace research* parte de interrogações radicais sobre as causas profundas do conflito e sobre a totalidade dos passos necessários à sua superação, incluindo as exigências de reestruturação social, seja no plano interno seja no internacional, que antecipem a ausência plena de violência directa ou indirecta. Subjaz a esta agenda de investigação **um conceito amplo de paz**. Galtung postulou-o logo em 1964: paz negativa ou ausência de guerra e paz positiva ou comunidade humana integrada e harmónica. Essa amplitude do conceito de paz vem em relação directa com a amplitude conferida pelos *peace studies* à violência: para lá da **violência pessoal ou directa**, existe a **violência estrutural**, resultante da desigualdade de poder e da injustiça social. E ainda a **violência cultural**,

aquela que se traduz no sistema de normas e comportamentos que legitimam socialmente as duas anteriores.

Mais recentemente, Galtung sintetizou a amplitude do seu conceito de paz na fórmula “Paz = paz directa + paz estrutural + paz cultural”. Fórmula que viria a desenvolver em *Peace by peaceful means*, de 1996: “A paz positiva directa consistiria na bondade física e verbal, boa para o corpo, a mente e o espírito do próprio e do outro; seria orientada para todas as necessidades básicas, a sobrevivência, o bem-estar, a liberdade e a identidade. (...)”

A paz positiva estrutural substituiria a repressão pela liberdade, e a exploração pela equidade, reforçando-as com diálogo em vez de imposição, integração em vez de segmentação, solidariedade em vez de fragmentação e participação em vez de marginalização. (...)”

A paz positiva cultural substituiria a legitimação da violência pela legitimação da paz na religião, no direito e na ideologia; na linguagem; na arte e na ciência; nas escolas, universidades e media, construindo uma cultura de paz positiva.”

A abertura do conceito de paz na obra de Johan Galtung veio a ser ampliada em etapas ulteriores de desenvolvimento dos estudos sobre a paz. Assim, de acordo com a síntese de Linda Groff e Paul Smoker (1996: 103), as décadas de 70-80 assistiram à afirmação da perspectiva feminista do conceito de paz, centrada na abolição da violência praticada em microestruturas sociais como a família. Na década de 90, autores como Macy ou Dreher ensaiaram abordagens holísticas da paz, em que esta surge definida como alternativa a qualquer forma de violência, seja contra as pessoas seja contra a natureza (a chamada tese Gaia dos estudos sobre a paz). Todavia, este percurso evolutivo do conceito de paz no contexto dos estudos sobre a paz deve ser lido com alguma cautela. Vale a advertência de Galtung: “a cultura da paz não é um conjunto de representações pacíficas e não violentas da realidade. O teste de validade de uma cultura da paz faz-se no modo como ela afecta o comportamento num conflito.” Nesse sentido, Galtung defende que “a paz é a condição para transformar os conflitos de modo criativo e não-violento. (...) A paz é um contexto para uma forma construtiva de abordar um conflito (...)”

#### *Um programa de transformação*

O segundo traço de identificação dos estudos sobre a paz é a sua **dimensão prospectiva e normativa**. De facto, os estudos sobre a paz

assumem-se como estrategicamente orientados para a transformação do sistema internacional em vista do estabelecimento prático dos pressupostos de paz universal e perpétua, que servem de guia aos próprios estudos. É assumidamente uma proposta de investigação-acção, *policy oriented*. Quer dizer que, para lá da investigação empírica e da investigação crítica, Galtung e os seus seguidores cultivam a **investigação construtiva para a paz**. "Os estudos sobre a paz são tão semelhantes aos estudos sobre a saúde que o triângulo 'diagnóstico-prognóstico-terapêutica' pode ser-lhes aplicado". Trata-se pois de uma proposta de trabalho teórico e prático cujo objectivo é antecipar os processos de formação de uma comunidade mundial autêntica, como condição *sine qua non* da superação da crise global e da erradicação dos potenciais de conflito que se evidenciam na sociedade internacional. Um trabalho teórico prospectivo e prescritivo: a paz global da sociedade global é um valor-guia, desde logo para a própria investigação. Mas um trabalho igualmente prático: a formulação de estratégias de concretização daqueles valores-guia é uma das etapas fundamentais da investigação.

### TÓPICOS PARA UM NOVO SENSO COMUM PACIFISTA

Que vectores vem a cultura da paz fazer desenvolver no processo de construção de um novo senso comum sobre a realidade internacional? Em minha opinião, são fundamentalmente três esses vectores de transformação/conversão: o primeiro é a substituição da territorialidade pelos interesses comuns; o segundo é a substituição do etnocentrismo pelo multiculturalismo; e o terceiro é a substituição das lealdades de proximidade por uma cidadania cosmopolita.

A territorialidade é a referência maior da cultura política tradicional de Vestefália.

"Le territoire c'est le pouvoir", eis o lema de uma forma de organização social baseada na fragmentação, na rivalidade e no adversarialismo, em que a força e a violência são aceites como modos naturais de defender os interesses e o poder individuais. Contra este senso comum tradicional, a cultura da paz insinua a centralidade das preocupações comuns, a noção de interdependência e a necessidade de parcerias activas para a gestão de bens, espaços e recursos partilhados.

A clivagem entre territórios prolonga-se na clivagem e oposição de culturas. O etnocentrismo não se funda na diferença mas sim na crença na superioridade e na dominação. Contra este senso comum tradicional, a cultura da paz insinua a centralidade do multiculturalismo, a procura de equivalentes isomórficos para os valores de cada cultura nas outras culturas, a preferência por constelações em detrimento de homogeneidades artificiais.

Enfim, a lealdade, experimentada como uma forma de pertença espiritual (ou mesmo física) a uma entidade colectiva tem constituído um elemento crucial do adversarialismo territorial e cultural. Contra este senso comum tradicional, a cultura da paz insinua a centralidade de formas cosmopolitas de cidadania, feitas de identidades múltiplas e sobrepostas e cujo símbolo maior é o que Richard Falk chamou "cidadão-peregrino" (1995: 95).

A paz só pode ser alcançada pelo comportamento quotidiano. É esta a mais importante contribuição da proclamação do ano 2000 como Ano Internacional da Cultura da Paz. Com esta iniciativa, a UNESCO e as Nações Unidas tornaram claro que a paz não é apenas uma condição política ou uma aspiração ética mas uma categoria moral e até cultural. Por isso, eu gostaria de concluir citando o antigo Director-Geral da UNESCO, Federico Mayor Zaragoza: "Para transformarmos uma cultura da guerra numa cultura da paz, temos que mudar os valores, atitudes e comportamentos do passado. Em vez do cínico provérbio 'se queres a paz, prepara a guerra', temos que proclamar se queres a paz, prepara-te para a paz e tenta construí-la na tua vida quotidiana".

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cox, R. (1981): "Social forces, states and world orders. Beyond international relations theory", *Millenium*, 10 (2), 126-155.

Devetak, R. (1995): "Critical theory", in S. Burchill et al. (orgs.): *Theories of international relations*. New York: St. Martin's Press, 145-177.

Dupuy, R.J. (1986): *La communauté internationale entre le mythe et l'histoire*. Paris, Julliard.

Falk, R. (1995): *On humane governance. Toward a new global politics*, University Park - Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press.